



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul,  
Brasília/DF, CEP 70070-600

Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.cfp.org.br>

EDITAL Nº 90006/2026

Processo nº 576600226.000142/2024-89

**CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO CFP Nº 90006/2026**

**Processo Administrativo SEI nº 576600226.000142/2024-89**

Torna-se público que o Conselho Federal de Psicologia, autarquia federal criada pela Lei nº 5.766/1971, CNPJ: 00.393.272/0001-07, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado no SAF SUL Quadra 02 Ed. Via Office sala 104, Brasília, Distrito Federal, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CÓDIGO UASG: **389476**

Data da sessão: **21 de maio de 2026**

Horário: **10:00 horas - horário de Brasília**

Local: Portal de Compras do Governo Federal - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Critério de Julgamento: **Menor preço por item ou grupo**

Modo de Disputa: **Aberto e fechado**

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: **Não**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de telefonia VoIP fornecida como SaaS (Software as a Service), destinada a suprir as necessidades de comunicação do Conselho Federal de Psicologia, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a realização de ligações telefônicas ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional e, também, longa distância internacional com destino a terminais fixos e móveis e demais serviços incluindo, a instalação, parametrização, migração, portabilidade, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de serviço 0800, fornecimento de ramais em PABX em nuvem com aparelhos em locação, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada com 11 (onze) itens em 1 (um) grupo, conforme tabela contante no Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens de seu ue compõem o respectivo grupo.

1.3. Os CATMAT/CATSER adotados neste certame foram aqueles encontrados com a descrição mais próxima possível do demandando pelo Setor Requisitante

prevalecendo as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste instrumento.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, uma vez que não se vislumbra complexidade no objeto que possa vir a ser necessária a aglomeração de empresas.

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. A participação de microempresas e as empresas de pequeno porte é limitada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de

apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3. ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado: e

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. **Considerando que os contratos e atas de registro de preços deste Conselho Federal de Psicologia são assinados eletronicamente, via SEI/CFP, a licitante deverá indicar em sua proposta o e-mail do responsável pela assinatura a ser cadastrado. devendo este ser em nome de pessoa física, preferencialmente de uso pessoal, ou seja, deve-se evitar emails tais como: *compras@empresa; juridico@empresa; diretoria@empresa.***

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, os seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item.

4.1.2. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro

pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.8.3. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os



lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. No caso em voga será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, consideradas as empatadas, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Por se tratar de certame com item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.22.1. Assim, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados serão convocados pelo Pregoeiro e poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, na inexistência desse, a análise dar-se-á com a comprovação de que pratica salários iguais para mulheres e homens que exerçam as mesmas funções, possuir equilíbrio no quadro de pessoal, variações percentuais com intervalos superiores a 30% deverão ser justificadas; possui mulheres em cargos de liderança/chefia, ou ainda qualquer outra forma de comprovação de equidade no ambiente de trabalho.

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, demonstrar que possui programas/ações/setores de Código de Ética e Políticas Internas, Cultura de *Compliance* Organizacional (conjunto de procedimentos e regras que tem como objetivo manter a organização em linha com as normas vigentes, sejam elas legais ou internas), a Gestão de Riscos, tratamento de denúncias e políticas sociais, dentre outros, afetos à Cultura de Integridade.

5.23.1.4. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, e no caso em tela, diante da inexistência de registros cadastrais, prevalecerá o maior somatório de pontos decorrentes de atestados que contemplem o objeto deste Termo de Referência, obedecendo as seguinte ordem de prioridade:

- a) Contemplem prestação de serviços técnicos especializados, de acordo com o item que participa - 1,0 ponto cada;
- b) Emitido decorrente da prestação de serviços técnicos especializados em outros itens licitados - 0,5 pontos cada; e
- c) que os mesmos sejam ecorridos de contratos continuados - 0,5 ponto para cada atestado.

5.23.1.4.1. Caso um único atestado contemple mais de 1(um) requisito, o valor da



sua pontuação do atestado será igual ao somatório de todos os requisitos.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);

5.23.2.5. Caso esses critérios não sejam suficientes para definir o vencedor, o Pregoeiro realizará sorteio em reunião virtual com os interessados, enviando o link da reunião, com no mínimo 48hs anteriores ao sorteio, para o e-mail cadastrado no SICAF.

5.23.2.6. Este Conselho não se responsabiliza pelo não recebimento do link em função de informações cadastrais das licitantes desatualizadas no SICAF; e

5.23.2.7. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme entendimento trazido pelo Acórdão TCU nº 723/2024.

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços com licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários adjudicados como os máximos para critério de aceitabilidade.

5.24.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou da forma e do local de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, tal diferenciação deverá já constar em itens diferentes.

5.24.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.24.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante no chat ou pelo e-mail [slic@cfp.org.br](mailto:slic@cfp.org.br) antes de findo o prazo.

5.24.7.1. Uma cópia da tela do email será juntada aos autos demonstrando a tempestividade do pedido de prorrogação.

5.24.8. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A1]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.13 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de

Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo do item estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei](#)

[nº 14.133, de 2021.](#)

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada, ou ainda, por meio de cópia autenticada, ou simples acompanhada do original, quando solicitado pelo Pregoeiro com vistas ao saneamento de qualquer suspeição acerca do documento apresentado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio da indicação do link de acesso à rede mundial de computadores para acesso.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada, ou ainda, por meio de cópia autenticada, ou simples acompanhada do original, quando solicitado pelo Pregoeiro com vistas ao saneamento de qualquer suspeição acerca do documento apresentado.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02(duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro via chat. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante no chat ou pelo e-mail [slic@cfp.org.br](mailto:slic@cfp.org.br) antes de findo o prazo.

7.12.1.1. Uma cópia da tela do email será juntada aos autos demonstrando a tempestividade do pedido de prorrogação.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a



todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de solicitação formalizada pelo e-mail [slic@cfp.org.br](mailto:slic@cfp.org.br), uma cópia da tela do e-mail será juntada aos autos para comprovação da solicitação.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 2% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5...) art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022...> art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das

sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhar as Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens para o e-mail informado na Proposta, sendo de total responsabilidade da Contratada a manutenção do e-mail informado, ou ainda, a notificação prévia ao Contratante nos caso de alteração do mesmo, não cabendo alegações posteriores do não recebimento das Ordens em questão.

10.3.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.2. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.3. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.3.4. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo do item 10.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia

útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: por forma eletrônica, pelo e-mail [slic@cfp.org.br](mailto:slic@cfp.org.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SAF Sul, Quadra 02, Lote 2, Bloco B, Edifício Via Office - Sala 104 - Brasília - DF.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal; no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.cfp.org.br/>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

12.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

(em conformidade com a numeração do Compras.gov.br)

Em atendimento ao Edital de Pregão Eletrônico CFP nº 90006/2026 – CFP e anexos, apresento nossa proposta de preço para fornecimento de solução e prestação de serviços de telefonia VoIP fornecida como SaaS (Software as a Service), destinada a suprir as necessidades de comunicação do Conselho Federal de Psicologia, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a realização de ligações telefônicas ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional e, também, longa distância internacional com destino a terminais fixos e móveis e demais serviços incluindo, a instalação, parametrização, migração, portabilidade, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de serviço 0800, fornecimento de ramais em PABX em nuvem com aparelhos em locação conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos da tabela abaixo:

O valor global estimado da proposta é de R\$ , 00 (valor por extenso), detalhado da seguinte forma:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL - 36 MESES
	1	Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário, incluindo: * Incluso - PABX VIRTUAL VoIP na nuvem * Incluso - Sistema de Bilhetagem * Incluso - Gravador de chamadas * Incluso - Licenças Softphone * Incluso - Unidade de Resposta Audível (URA) * Incluso - Serviço de Manutenção e Suporte Técnico	Licença por mês	10.800	R\$	R\$
	2	Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$

1

3	Instalação e configuração de PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$
4	Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais * Incluso - Pacote de ligações ilimitadas local, celular ,ddd	Unidade	36	R\$	R\$
5	Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda	UST	100	R\$	R\$
6	Aparelho Telefone IP Intermediário Locação - Sob demanda	Unidade por Mês	1.800	R\$	R\$
7	Aparelho Telefone IP Avançado locação - Sob demanda	Unidade por Mês	900	R\$	R\$
8	Aparelho Telefone IP Sem Fio locação - Sob demanda	Unidade por Mês	540	R\$	R\$
9	Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda	Unidade por Mês	72	R\$	R\$
10	Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.	Unidade por Mês	360	R\$	R\$



	11	Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto De fixo para fixo e de fixo para móvel originadas do CFP em Brasília/DF.	Minutos por Mês	4.320	R\$	R\$
VALOR TOTAL:						R\$

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

O prazo de validade desta proposta é de 60(sessenta) dias.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Por fim, seguem os dados para celebração do instrumento contratual:

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Tel/Fax:

Endereço:

Banco: ..... Agência: ..... C/C: .....

Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do contrato

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

E-mail de contato:

Assinatura do Representante Legal  
Identificação do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Monica Neves da Silva, Gerente**, em 06/05/2026, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2816723** e o código CRC **FF7D7183**.





CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-600  
- <http://www.cfp.org.br>

## TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS

Processo nº 576600226.000045/2025-77

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução e prestação de serviços de telefonia VoIP fornecida como SaaS (Software as a Service), destinada a suprir as necessidades de comunicação do Conselho Federal de Psicologia, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a realização de ligações telefônicas ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional e, também, longa distância internacional com destino a terminais fixos e móveis e demais serviços incluindo, a instalação, parametrização, migração, portabilidade, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de serviço 0800, fornecimento de ramais em PABX em nuvem com aparelhos em locação, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA MÊS ATE	QUANTIDADE TOTAL 36 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL - 36 MESES
	1	Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário, incluindo: * Incluso - PABX VIRTUAL VoIP na nuvem * Incluso - Sistema de Bilhetagem * Incluso - Gravador de chamadas * Incluso - Licenças Softphone * Incluso - Unidade de Resposta Audível (URA) * Incluso - Serviço de Manutenção e Suporte Técnico		Licença por mês	300	10.800	R\$ 40,62	R\$ 438.660,00
	1.1	Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP		Unidade	-	1	R\$ 5.249,25	R\$ 5.249,25
	1.2	Instalação e configuração de PABX Virtual VoIP		Unidade	-	1	R\$ 9.625,00	R\$ 9.625,00

01	1.3	Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais * Incluso - Pacote de ligações ilimitadas local, celular e DDD		Unidade	1	36	R\$ 2.254,98	R\$ 81.179,10
	2	Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda		UST	-	100	R\$ 273,25	R\$ 27.325,00
	3	Aparelho Telefone IP Intermediário locação- Sob demanda		Unidade por Mês	50	1.800	R\$ 48,73	R\$ 87.705,00
	3.1	Aparelho Telefone IP Avançado locação - Sob demanda		Unidade por Mês	25	900	R\$ 79,98	R\$ 71.977,50
	3.2	Aparelho Telefone IP Sem Fio locação - Sob demanda		Unidade por Mês	15	540	R\$ 69,39	R\$ 37.471,50
	4	Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda		Unidade por Mês	2	72	R\$ 639,98	R\$ 46.078,20
	4.1	Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.		Unidade por Mês	10	360	R\$ 58,73	R\$21.141,00
	5	Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto De fixo para fixo e de fixo para móvel originadas do CFP em Brasília/DF.		Minutos por Mês	120	4.320	R\$ 13,90	R\$60.037,20
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>								<b>R\$ 886.448,75</b>

\*Os CATSER adotados são os mais próximos encontrados, entretanto, prevalecerá as características trazidas neste Instrumento, inclusive no caso da Unidade, se for o caso.

#### Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, já que os padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento por meio de especificações usuais de mercado;

## Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços são enquadrados como continuados tendo em vista que trata-se de serviços essenciais de comunicação telefônica do Conselho Federal de Psicologia, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que o contrato continuado reduzirá o volume de trabalho e o tempo necessário de nova contratação

## Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, com pagamento mensal de acordo com o uso do consumo e o número de licenças necessárias no mês de faturamento, contados do início do fornecimento dos itens ao Conselho Federal de Psicologia, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## Do Parcelamento do Objeto

1.6. Não se vislumbra a possibilidade de se parcelar o objeto, assim, o certame deverá ocorrer com os seus itens agrupados haja vista que a interdependência dos itens não permite que mais de uma empresa se sagre vencedora.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa suprir a necessidade de modernização e otimização do sistema de comunicação por voz da organização, substituindo a solução de VOIP instalada na infraestrutura do CFP que está sem contrato de suporte e manutenção por uma solução de **Voz sobre Protocolo de Internet (VoIP)** fornecida na modalidade **Software as a Service (SaaS)**, também conhecida como "PABX em Nuvem", além de adicionar novas funcionalidades no serviço.

2.2. Sendo o provedor do PABX em Nuvem o responsável pela gestão, manutenção, *updates*, *backups* e segurança da plataforma.

2.3. Isso libera a equipe de TI interna de tarefas operacionais complexas, permitindo que se concentrem em atividades estratégicas do negócio.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

2.5. A presente contratação deverá observar, no que couber, as normas e determinações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em especial:

- Lei nº 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações);
- Regulamento de Numeração dos Serviços de Telecomunicações (RNST);
- Despacho Decisório nº 978/2025/COGE/SCO – ANATEL, que estabelece medidas de combate ao uso irregular de recursos de numeração e à prática de spoofing;
- Demais normas aplicáveis aos serviços de telecomunicações.

## 2.6. QUANTIDADES INICIAIS PREVISTA

2.6.1. A presente contratação fundamenta-se na **modernização tecnológica e otimização da infraestrutura de comunicação** do CFP. O objetivo central é a transição do atual modelo de telefonia local (*On-Premise*) para uma solução de **PABX em Nuvem**, operada sob a modalidade **SaaS (Software as a Service)**.

2.6.2. Atualmente, a solução de VOIP instalada na infraestrutura interna do CFP opera de forma crítica:

- **Ausência de Suporte:** O sistema encontra-se sem contrato de manutenção e suporte técnico especializado.
- **Risco Operacional:** A gestão de *backups*, segurança e *updates* recai inteiramente sobre a equipe de TI interna, gerando uma carga operacional que desvia o foco de atividades estratégicas voltadas ao negócio da organização.

2.6.3. A migração para o modelo SaaS transfere a responsabilidade pela gestão, estabilidade e segurança da plataforma para o provedor especializado, garantindo **alta disponibilidade e escalabilidade**. Além disso, a nova solução introduz funcionalidades avançadas de comunicação unificada.

2.6.4. O cenário atual apresenta um déficit técnico significativo: o CFP dispõe de apenas **100 ramais**, quantitativo insuficiente para o quadro atual de aproximadamente **150 funcionários e 22 conselheiros**.

Dessa forma, a contratação de **300 ramais** justifica-se por:

1. **Universalização do Atendimento:** Garantir que 100% dos colaboradores e conselheiros possuam identificação própria e canais de comunicação dedicados.
2. **Mobilidade e Convergência:** Implementar o uso de **Softphones**, permitindo que o corpo funcional utilize números adicionais em dispositivos móveis ou computadores, essencial para regimes de trabalho híbrido ou atividades externas.
3. **Expansão Gradual:** Prover uma margem de segurança para o crescimento da estrutura organizacional durante a vigência do contrato, evitando aditivos contratuais imediatos por falta de licenças.

2.6.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, na Ação Estratégica ADI-OE1-AE01 - Promover modernização e o nivelamento de recursos de TI para o Sistema Conselhos de Psicologia, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.6.6. Abaixo um quantitativo previsto de uso inicial da solução de VOIP.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE PREVISTA MÊS
01	1	Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário, incluindo: * Incluso - PABX VIRTUAL VoIP na nuvem * Incluso - Sistema de Bilhetagem * Incluso - Gravador de chamadas * Incluso - Licenças Softphone * Incluso - Unidade de Resposta Audível (URA) * Incluso - Serviço de Manutenção e Suporte Técnico	Licença por mês	180
	1.1	Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP	Unidade	1
	1.2	Serviço de portabilidade, instalação e configuração de PABX Virtual VoIP	Unidade	1
	1.3	Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais * Incluso - Pacote de ligações ilimitadas local, celular ,ddd	Unidade	1
	2	Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda	UST	0
	3	Aparelho Telefone IP Intermediário locação - Sob demanda	Unidade por Mês	0
	3.1	Aparelho Telefone IP Avançado locação - Sob demanda	Unidade por Mês	0
	3.2	Aparelho Telefone IP Sem Fio locação - Sob demanda	Unidade por Mês	0
	4	Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda	Unidade por Mês	1
	4.1	Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.	Unidade por Mês	0
	5	Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto	Minutos por Mês	20

### 3. REQUERIMENTOS TÉCNICOS GERAIS

3.1. A LICITANTE do objeto deve prover uma solução completa, integrada e expansível de solução de PABX Virtual VoIP na nuvem para o Conselho Federal de Psicologia (CFP).



3.2. A Solução deverá ser caracterizada como: Central Telefônica de Telefonia Corporativa (PABX) virtualizada em nuvem, Distribuidor Automático de Chamadas (DAC), unidade de Resposta Audível (URA) compostos por um conjunto de equipamentos e sistemas que executem funções de Controladora SIP, Session Border Controller (SBC), Sistema de Administração/Gerenciamento, Softphones, Firewalls, dentre outros elementos.

3.3. Toda solução de PABX, SBC, URA e o e o entroncamento com STFC devem ser disponibilizadas em nuvem, em datacenter localizado em território nacional, certificado no mínimo como Tier 3, com garantias de baixa latência, alta disponibilidade e segurança. O datacenter poderá ser próprio, de empresa do mesmo grupo econômico ou em infraestrutura de nuvem contratada pela LICITANTE, desde que comprovadamente atenda a todas as exigências técnicas definidas neste edital.

3.4. Todos os equipamentos e sistemas fornecidos devem ser tecnicamente compatíveis entre si e homologados pela solução de PABX Virtual em Nuvem, a fim de garantir a interoperabilidade da Solução e a entrega de todas as suas funcionalidades, especialmente aquelas que são complementares ao protocolo SIP.

3.5. Todas as licenças necessárias para cada item e solução sejam elas de software (permanentes ou por assinatura) ou de hardware, deverão estar incluídas nos serviços contratados.

3.6. A solução de telefonia IP deve ser compatível com o padrão E.164 e permitir atualização para manutenção de compatibilidade com o plano de numeração telefônico brasileiro em caso de eventual alteração das normas definidas pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações).

3.7. Todo o tráfego de voz deve ser prioritariamente através do protocolo G.729 (qualquer das variáveis G.729, G.729A, G.729B ou G.729AB) e o fall back para G.711.

3.8. A solução deverá ser disponibilizada como serviço estando integralmente para execução na infraestrutura da LICITANTE na modalidade em nuvem conhecida como SaaS, Software as a Service.

3.9. A LICITANTE será integralmente responsável por todos os aspectos técnicos relativos ao gerenciamento dos equipamentos, softwares e demais itens necessários ao funcionamento da solução, incluindo instalação, manutenção, backups, gerenciamento dos equipamentos de processamento de dados, gerenciamento de rede, gestão de segurança e outros componentes necessários, incluindo licenças de softwares utilizados pela solução tais como sistema operacional, bancos de dados e outros.

3.10. Os recursos computacionais utilizados diretamente pelos usuários tais como computador, smartphone, e navegador são de responsabilidade da CONTRATANTE, exceto os casos previstos explicitamente no presente termo de referência.

3.11. A LICITANTE será integralmente responsável pela garantia da segurança contra acesso aos dados por pessoas não autorizadas. Para isso a LICITANTE deverá implementar melhores práticas de segurança da informação, incluindo, entre outras medidas: Evolução tecnológica da plataforma, atualização dos softwares utilizados, controle de acesso, política de senhas fortes, ferramentas de monitoramento, planos de contingência e recuperação de desastres.

3.12. A LICITANTE será integralmente responsável pela garantia da continuidade de operação do sistema, incluindo a realização de cópias de segurança (backups) e procedimentos de recuperação de desastres e outros incidentes que venham a comprometer o funcionamento do sistema.

3.13. Durante a duração do contrato devem estar inclusos no preço ofertado a disponibilização de novas versões com correção de bugs, lançamento de novas funcionalidades e aprimoramento das já existentes, melhorias de design e layout, atualização de tecnologia e outras atualizações do sistema.

3.14. A LICITANTE deverá prover serviço STFC juntamente com os serviços de PABX. O serviço STFC deverá prover chamadas ilimitadas locais, longa distância nacional fixo ou móvel.

3.15. Não obstante as previsões de quantitativos deste termo de referência, o pagamento será feito somente sobre os itens efetivamente demandados e utilizados.

3.16. A solução deve ser completa, entendendo-se por isso que a LICITANTE pelo presente edital deve ser o provedor integral das plataformas de PABX em nuvem, responsabilizando-se integralmente pela solução.

3.17. As soluções de PABX em nuvem devem ter comunicação com STFC através de troncos SIP, também deve permitir a utilização de telefones IP e softphones instalados em computadores pessoais com sistema operacional Windows e smartphones com sistema operacional Android e iOS.

3.18. Todos os usuários da solução deverão ter acesso a todas as funcionalidades, ficando a critério da CONTRATANTE a definição de disponibilização das funcionalidades seguindo critérios administrativos, incluindo a configuração, permissões e administração de funcionalidades avançadas e conforme quantitativos definidos neste termo de referência.

3.19. A plataforma de PABX deve ser expansível e customizável, para suportarem as necessidades de novos serviços e novos escritórios da CONTRATANTE e, também, permitir customização do comportamento da solução para que se adeque às necessidades de negócios da CONTRATANTE.

3.20. As ligações internas na solução de PABX VoIP da CONTRATANTE, na mesma localidade ou entre as localidades deve ser tratada como ligação interna, ramal a ramal, sem cobrança de tarifas. Também devem ser tratadas como ligações internas ligações de origem externa que forem transferidas para outra localidade, originadas em ligações de PABX externos SIP (contratados).

3.21. A LICITANTE deve se responsabilizar por todos os itens e especificações do presente termo de referência, com ponto de contato centralizado para suporte para todos os aspectos da solução fornecida, conforme níveis de serviço especificados neste termo de referência.

3.22. A solução ofertada deverá ser compatível com os aparelhos VOIP existentes no CFP, sendo os modelos:

- GrandStream - Modelo: GXP1615
- GrandStream - Modelo: GXP2170

3.23. A infraestrutura de rede local (switches, cabeamento estruturado etc.) e o acesso à Internet serão disponibilizados pela CONTRATANTE.

3.24. A solução deve ser independente dos dispositivos de rede, ou seja, deve garantir as mesmas funcionalidades, independente do fabricante dos ativos de rede que a CONTRATANTE possua.

3.25. A solução deverá estar em conformidade com os princípios de serviços confiáveis, incluindo segurança, disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade.

3.26. A solução deve estar em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança e privacidade dos dados.

3.27. A solução PABX VoIP a ser contratada deverá estar em conformidade com o Despacho Decisório nº 978/2025/COGE/SCO – ANATEL, especialmente quanto a:

- Proibição de alteração indevida do número de origem (spoofing);
- Utilização apenas de recursos de numeração válidos e autorizados;
- Possibilidade de rastreabilidade das chamadas por meio de registros detalhados (CDRs);
- Bloqueio de chamadas originadas com códigos de acesso irregulares;
- Atendimento às determinações da Anatel quanto ao fornecimento de informações técnicas quando solicitado.

#### 3.27.1. **HOSPEDAGEM EM DATA CENTER OU NUVEM**

3.27.1.1. De acordo com a Instrução Normativa nº 5 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), a solução ofertada deverá garantir que todos os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados, transferidos para o provedor de serviço de nuvem pública, devem estar hospedados e ser processados em território brasileiro. O PROPONENTE deverá apresentar atestado que sua solução atende a Instrução Normativa nº 5 do GSI.

3.27.1.2. As soluções de PABX VoIP em nuvem deverá estar hospedadas em infraestrutura de data center no Brasil ou em plataformas especializadas de computação em nuvem cuja região esteja no Brasil (Ex.: AWS, Google, Azure, etc);

3.27.1.3. A contratada deve configurar a solução de VoIP e PABX na nuvem de tal forma que possa utilizar os dois links de comunicação com a Internet do CFP, a fim de que haja uma contingência para a entrega dos serviços em caso da indisponibilidade de um deles.

3.27.1.4. Os dados armazenados deverão permanecer dentro do território nacional, considerando-se (mas não se limitando a estes) o armazenamento de gravações de chamados de voz, gravações de interações por mensagens digitais, dados de configuração do ambiente, informações de bilhetagem, informações de usuários internos e usuários externos e informações de chamadas.

3.27.1.5. A plataforma de PABX em nuvem devem ter disponibilidade de, no mínimo, 99,5%.

3.27.1.6. A LICITANTE deverá apresentar atestado que seu Data Center possui certificações Tier III, ISO/IEC 27001 ou NBR ISO/IEC 27001

3.27.1.7. A LICITANTE deverá manter compatibilidade com os requisitos pedidos durante toda vigência do contrato.

3.27.1.8. A LICITANTE deverá apresentar documentação atestando o compromisso de prestação de serviços, ou atestado de acordo de serviços, entre empresa provedora de serviços de data center e a LICITANTE.

#### 3.27.2. **SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA**

3.27.2.1. Suporte SIP/TLS com mecanismos de segurança conforme NIST com algoritmo de criptografia AES-256 e com suporte a função hash SHA384.

3.27.2.2. Suporte a SRTP com AES-128 Counter Mode para proteção e Hash Message Authentication Code (HMAC)-SHA-1 para autenticação.

3.27.2.3. Todas as ligações entre telefones IP deverão ser criptografadas, seja ponto-a-ponto, seja em conferência, dentro de uma mesma localidade e entre localidades;

3.27.2.4. Os sistemas de PABX em nuvem devem suportar SSH para sessões seguras.

3.27.2.5. Os sistemas de PABX em nuvem devem possibilitar implementação de criptografia de mídia e sinalização nativamente, sem a utilização de componentes de hardware externos.

3.27.2.6. O Acesso ao portal de gerenciamento do sistema em nuvem deverá ser feito através de interface segura HTTPS;

3.27.2.7. Os sistemas de PABX em nuvem devem ser capazes de detectar ataques força bruta com entrada de senha por dicionário e bloquear o IP do atacante;

3.27.2.8. Os sistemas de PABX em nuvem devem ser capazes de bloquear o IP de um atacante caso este envie uma quantidade de pacotes maior que um limiar;

3.27.2.9. Os sistemas de PABX em nuvem devem permitir que um determinado IP seja colocado em "Blacklist" ou "Whitelist"

3.27.2.10. O provedor do serviço deve armazenar os seguintes registros para a plataforma de PABX em nuvem:

3.27.2.10.1. Acessos autorizados;

3.27.2.10.2. Acessos indevidos por ataques ou invasões;

3.27.2.10.3. Violação das políticas de acesso;

3.27.2.10.4. Uso de contas privilegiadas;

3.27.2.10.5. Inicialização e finalização do sistema operacional;

3.27.2.10.6. Alterações ou tentativas de alterações nos controles e parâmetros de sistemas e recursos;

3.27.2.10.7. Alertas de registros das exceções do sistema operacional, gerenciamento da rede e sistema de controle de acesso.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. Toda solução deve ser disponibilizada em nuvem, em datacenter localizado em território nacional, certificado no mínimo como Tier 3, com garantias de baixa latência, alta disponibilidade e segurança. O datacenter poderá ser próprio, de empresa do mesmo grupo econômico ou em infraestrutura de nuvem contratada pela LICITANTE, desde que comprovadamente atenda a todas as exigências técnicas definidas neste edital.

4.2. Os serviços descritos neste objeto serão fornecidos por uma única empresa, em função da natureza e da criticidade do objeto a ser licitado, para os quais não há a possibilidade de dividir os serviços.

#### **4.3. ITEM 1: Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário.**

4.3.1. O PABX em nuvem deve permitir comunicação com os clientes (aparelhos telefônicos IP e softphones) por meio do protocolo SIP e WebRTC ou seja, a solução deve permitir que os usuários façam login e se autenticuem na rede de telefonia diretamente via navegador web (browser), sem a necessidade de instalar aplicativos.

4.3.2. A plataforma de PABX em nuvem deve ter integração com sistema Active Directory através de protocolo LDAPS ou similares.

4.3.3. A licença de ramal deve suportar simultaneamente o softphone, aparelho SIP e aplicativo para smartphones para cada usuário.

4.3.4. Permitir que o usuário, durante uma ligação, possa alternar entre dispositivos (mantendo a sessão da ligação), e que durante a ligação o status do usuário fique como "ocupado"

4.3.5. Discagem por ramal para chamadas internas, inclusive entre as localidades, sem custos para a CONTRATANTE;

4.3.6. Os ramais virtuais podem ser atendidos de duas maneiras complementares:

4.3.6.1. Ramais habilitados somente com softphone (instalado em desktop e/ou em smartphone) ou ramais habilitados com aparelho telefônico SIP.

4.3.7. O ramal virtual deve poder ser habilitado, simultaneamente, em um aparelho SIP, em um

desktop com softphone e em um smartphone com softphone, permitindo ao usuário realizar e atender ligações em qualquer um dos terminais habilitados com seu usuário (aparelho SIP, notebook ou smartphone).

4.3.8. O ramal IP (telefone físico) deve poder ser utilizado/remanejado em qualquer ponto da rede LAN (interna) da CONTRATANTE, sem custos, bloqueios ou necessidades de configurações adicionais, seja no aparelho ou no PABX virtual;

4.3.9. Todos os ramais do PABX virtual devem ser equivalentes, isto é, as funcionalidades de toda a solução devem estar disponíveis para que o CFP habilite em qualquer um dos ramais, a critério do CFP, e conforme quantitativos definidos neste termo de referência.

4.3.10. A comunicação com STFC deve utilizar os codecs G.729 (qualquer das variáveis G.729, G.729A, G.729B ou G.729AB) e o fall back para G.711.

4.3.11. Caso a solução utilize no login o número do ramal como identificação do usuário, deverá permitir a configuração desta identificação com no mínimo 6 (seis) dígitos, sendo 2 (dois) o DDD da localidade e o restante, o MCDU do ramal.

4.3.12. A CONTRATADA deverá garantir que a solução PABX VoIP fornecida não permita a prática de spoofing, mascaramento indevido de numeração ou uso irregular de códigos de acesso, conforme disposto no Despacho Decisório nº 978/2025/COGE/SCO da ANATEL.

4.3.13. Eventuais infrações decorrentes do descumprimento dessas normas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

4.3.14. O pagamento das licenças será conforme o consumo mensal de licenças do mês de referência.

#### 4.3.15. **FUNCIONALIDADES DE TELEFONIA**

4.3.15.1. Desvio incondicional de chamadas (Permite encaminhar todas as chamadas recebidas para outro número de telefone, como um telefone residencial ou celular);

4.3.15.2. Desvio de chamada em caso de ocupado (Permite encaminhar todas as chamadas recebidas para outro número de telefone, se o telefone estiver ocupado);

4.3.15.3. Desvio de chamada por não atendimento (Permite encaminhar todas as chamadas recebidas para outro número de telefone, quando não atender o telefone);

4.3.15.4. Desvio de chamada quando indisponível (Permite encaminhar todas as chamadas recebidas para outro número de telefone, quando seu terminal estiver indisponível);

4.3.15.5. Retorno de chamada (Permite, através da relação de ligações recebidas, retornar/rediscar a chamada de seu aparelho mesmo que ela não tenha sido atendida);

4.3.15.6. Serviço de Chamada em espera;

4.3.15.7. Transferência de chamadas (com e sem consulta);

4.3.15.8. Identificação do número chamador (BINA);

4.3.15.9. Identificação do número conectado;

4.3.15.10. Configuração do ramal para chamar em outro ramal ou número telefônico (telefonia fixa ou móvel) – Siga-me;

4.3.15.11. Restrição de identificação do número de origem (Número de A) – Permite impedir que seu número seja mostrado ao ligar para outros números);

4.3.15.12. Log de chamadas (Apresenta listagem das últimas chamadas realizadas e recebidas, mesmo que não atendidas);

4.3.15.13. Possibilitar sinalizar/marcar as chamadas não atendidas como “lidas”, no log de chamadas, em todas as interfaces: aparelho físico, softphone (PC ou smartphone);

4.3.15.14. Os registros das chamadas (atendidas ou não) devem ser sincronizados em todas as plataformas (aparelho físico e softphone, seja no celular ou no PC);

4.3.15.15. Rediscagem do último número;

4.3.15.16. Discagem rápida discando as teclas de 0 à 9;

4.3.15.17. Discagem rápida até 99 números;

4.3.15.18. Bloqueio de chamadas recebidas internas, externas e a cobrar por terminal;

4.3.15.19. Bloqueio de chamadas originadas LDN, LDI, de chamadas para celular, de prefixo de operadoras e de chamadas para 0800, 0300 ou 0500 por terminal;

4.3.15.20. Bloqueio de chamadas anônimas;

4.3.15.21. Toques distintos para chamadas internas e externas.

- 4.3.15.22. Autenticação, realizada no momento do registro do telefone IP. Visando garantir que o usuário do aparelho é autorizado a acessar o serviço;
- 4.3.15.23. Permitir que o próprio usuário troque a senha de login do ramal, utilizando interface web provida pela LICITANTE.
- 4.3.15.24. Retorno automático de chamada (Permite solicitar uma notificação quando uma linha ocupada se torna disponível. Um toque distinto deverá ser utilizado para notificação quando o usuário estiver disponível);
- 4.3.15.25. Colocar em espera ou recuperar automaticamente uma chamada (método alternativo para colocar chamadas em espera e recuperá-las. Essa facilidade serve para função de atendente ou usuário que tenha que lidar com um volume alto de ligações entrantes);
- 4.3.15.26. Captura de chamada estacionada (Permite que o usuário coloque chamadas em espera e recupere chamadas dentro do grupo de chamadas que ele pertence);
- 4.3.15.27. Captura de grupo (Permite que o usuário capture e atenda uma chamada que está tocando em um ramal diferente do seu, desde que esses dois ramaís estejam em um mesmo grupo de captura configurado pelo administrador);
- 4.3.15.28. Captura individual (Permite que um usuário atenda uma chamada destinada a outro ramal, digitando o código da facilidade seguido do ramal que está recebendo a chamada a ser capturada);
- 4.3.15.29. Música para chamadas em retenção e em espera. Dever permitir o upload das músicas pelo portal de administração;
- 4.3.15.30. Configuração de não perturbe;
- 4.3.15.31. Toque simultâneo (Permite que um usuário possua múltiplos números tocando simultaneamente quando uma chamada é recebida);
- 4.3.15.32. Possibilidade de criação de grupos de atendimento, onde os desvios de chamada descritos anteriormente poderão ser configurados conforme necessidade;
- 4.3.15.33. Chefe-secretária, ou função similar, que permita que um ramal “principal” possa ser atendido por um grupo de outros ramaís e, posteriormente, encaminhadas ao ramal “principal”;
- 4.3.15.34. Serviço de Conferência por voz, com até 3 participantes;
- 4.3.15.35. Bloquear a entrada de chamadas originadas de números externos específicos, sendo possível ao administrador do sistema bloquear um número específico, um DDD específico ou uma faixa de números.
- 4.3.15.36. Deve possuir login/logout para os aparelhos telefônicos permitindo que qualquer usuário licenciado para a facilidade de ramal IP utilize o aparelho com seu próprio ramal através de usuário e senha pessoais sem a necessidade de intervenção da área de suporte (mobilidade);

#### **4.3.16. RECURSOS DE URA**

- 4.3.16.1. Deverá ser possível a criação de ao menos 30 menus para cada URA, podendo serem hierarquizados em até 5 níveis;
- 4.3.16.2. Em todos os menus, deverá ser possível atribuir a função de retornar ao menu anterior;
- 4.3.16.3. O usuário autorizado deverá ser capaz de modificar a árvore de menus, ativar ou desativar opções, modificar horário de atendimento, definir datas de feriado e/ou fins de semana.
- 4.3.16.4. O ramal virtual atribuído a URA, para atendimento das chamadas internas, não poderá ser deduzido do quantitativo de ramaís virtuais destinados aos usuários da solução.
- 4.3.16.5. Deverão ser disponibilizadas, no portal da solução, opções de upload das gravações a serem utilizadas na URA e suas associações com árvore de navegação, sendo a produção e edição das gravações de responsabilidade da Contratante.

#### **4.3.17. CATEGORIZAÇÃO DE RAMAIS**

- 4.3.17.1. O PABX em nuvem deverá possuir sistema de categorização de ramaís, quanto ao acesso às linhas externas, nas seguintes categorias:
- 4.3.17.1.1. Acesso Restrito: Exclusivamente a ramaís internos (bloqueio de chamadas locais, LDN, LDI e Celular);
- 4.3.17.1.2. Acesso exclusivamente a tráfego local (bloqueio de acesso a LDN, LDI e Celular);
- 4.3.17.1.3. Acesso a tráfego local e LDN (bloqueio de acesso a LDI e Celular);
- 4.3.17.1.4. Acesso irrestrito: Possibilidade de realizar chamadas locais, LDN, LDI e Celular

#### **4.3.18. GRAVADOR DE CHAMADAS**

- 4.3.18.1. A solução de PABX em nuvem deve ter o recurso de gravação de chamadas para os ramaís

licenciados.

4.3.18.2. O Software de Gravação de Chamadas Telefônicas deverá atender aos seguintes requisitos:

4.3.18.2.1. Deverá ser possível habilitar/desabilitar os ramais que deverão ser gravados;

4.3.18.2.2. Opção de gravação conforme necessidade de cada ramal, podendo ser gravação para todas as chamadas ou gravação apenas por demanda (por ativação pelo próprio usuário ou pelo gestor);

4.3.18.2.3. A gravação deverá ser realizada com base no perfil do usuário, independentemente do dispositivo que estiver usando;

4.3.18.2.4. O Gravador deverá ter capacidade de gravar as chamadas entrantes, saintes, ramal-ramal, tronco-ramal e ramaltronco;

4.3.18.2.5. A solução deve realizar a recuperação de 100% das chamadas de voz independentemente da data que foi realizada;

4.3.18.2.6. As gravações de chamadas transferidas poderão ser realizadas no mesmo arquivo de áudio ou de forma separada;

4.3.18.2.7. As gravações de chamadas transferidas deverão manter os índices, detalhando o rastreamento da chamada;

4.3.18.2.8. Deverá suportar o recurso de supressão de silêncio;

4.3.18.2.9. A solução deverá armazenar as gravações em nuvem com a retenção pelo período do contrato;

4.3.18.2.10. Os arquivos deverão ser armazenados dentro do próprio sistema Gravação, permitindo que os gestores tenham acesso a qualquer arquivo de gravação sem necessidade de intervenção técnica para a recuperação dos arquivos;

4.3.18.2.11. As gravações devem ser acessadas diretamente na plataforma ou exportadas (download) para formatos abertos (.mp3 ou .wav);

4.3.18.2.12. Permitir o gerenciamento em tempo real das gravações com acesso através de navegadores, utilizando protocolos de comunicação HTTP com SSL (HTTPS);

4.3.18.2.13. A busca aos arquivos das gravações armazenadas deverá possuir, no mínimo, os seguintes filtros de consulta: data/hora, número do chamador, número do ramal.

#### 4.3.19. **SOFTPHONE**

4.3.19.1. O softphone deverá utilizar o protocolo WebRTC para Web Browser ou SIP para aplicativos para PC ou Smartphones.

4.3.19.2. O aplicativo de softphone deve possuir versões para instalação em computadores e notebooks com sistemas operacionais Windows 10 ou superior e versões para instalação em smartphones com sistemas iOS 16 ou superior e Android 12 ou superior.

4.3.19.3. Aplicativo para smartphone deve ser disponibilizado através das lojas de aplicativos Play Store (Android) e App Store (iOS).

4.3.19.4. Os softphones em computadores devem ser acessados por WEB Browser (Chrome, Edge, Safari, Mozilla) compatível com tecnologia WebRTC, sem necessidade de instalação de aplicativos em desktops, complementos ou extensões.

4.3.19.5. O softphone deve permitir a utilização dos recursos e funcionalidades disponibilizadas pelo PABX em nuvem, conforme definido neste Termo de Referência.

4.3.19.6. Quando o softphone for utilizado em smartphone, é responsabilidade do CONTRATANTE garantir a disponibilidade de tráfego de dados junto da operadora de Celular (TIM, VIVO, CLARO, Oi).

#### 4.3.20. **INTERFACE DE GERENCIAMENTO**

4.3.20.1. O sistema de PABX em nuvem deve possuir interface de gerenciamento para o gerenciamento das funcionalidades de telefonia e configurações de ramais e usuários.

4.3.20.2. A interface deve incluir todas as operações de criação e administração de ramais, usuários, criação de perfil com acessos específicos, gerenciamento de menus de atendimento, licenças de serviços externos, gerenciamento de segurança, o controle de acessos, log de alterações de usuários, backups e outras funções administrativas.

4.3.20.3. A interface de gerenciamento deve permitir bloqueios de alterações nos aparelhos físicos (bloqueios de desvios para celulares acarretando custos de ligação) com visualização de log se feito fisicamente ou virtualmente ou via portal de acesso.

4.3.20.4. A interface de gerenciamento deve permitir verificar os aparelhos online por localidade, conforme quantidade, com log de conexão, a fim de evitar retiradas não solicitadas ou não comunicadas.

4.3.20.5. Deverá possuir logs dos registros de acesso à linha/ramal/logon e também alterações nos aparelhos SIP assim como no painel administrativo.

4.3.20.6. A interface de gerenciamento deve possuir painel indicando ligações em andamentos e desvios realizados em tempo real.

4.3.20.7. A interface de gerenciamento deve permitir inserção de informações dos usuários e ramais, através de arquivos CSV, tais como: nomes, setores/unidades e outros.

4.3.20.8. A interface de gerenciamento deve permitir o controle de ramal/linha virtual com o usuário, usando um mecanismo de chave que será associada a matrícula do usuário no CFP, de modo a controlar quando o usuário for excluído do CFP, em caso de desligamento ou outro, que seja excluído seu usuário do sistema. Este controle será feito pelos administradores da solução.

4.3.20.9. A solução deve permitir a geração de relatórios customizados, permitindo especificação mínima de ligações realizadas e/ou recebidas, ligações perdidas e não atendidas, por ramais, por troncos/localidade; relatórios por período; relatórios por destino; relatórios de disponibilidade; relatório de acompanhamento de chamados; relatórios de ligações atendidas/não atendidas.

4.3.20.10. O acesso às configurações que permitem a operacionalidade do aparelho telefônico, como parâmetros de rede e liberações de acesso à diferentes tipos de ligações somente devem ser acessíveis aos administradores da solução, ou a quem os mesmos delegarem permissão explícita.

4.3.20.11. A solução deve possuir backup de todas as informações de pessoas, ramais e configurações tais como nomes, departamentos e desvios, permissões, tipo de sessão de comunicação habilitada e outras para posterior restauração em caso de falhas gerais.

#### 4.3.21. **SISTEMA DE BILHETAGEM DOS RAMAIS**

4.3.21.1. O PABX em nuvem deve dispor de sistema de bilhetagem dos ramais, com acesso aos administradores da plataforma da CONTRATANTE, permitindo a emissão de relatórios programáveis, contendo os seguintes parâmetros:

4.3.21.1.1. Números de origem e destino;

4.3.21.1.2. Data e hora da chamada, data e hora da finalização da chamada, tempo total de cada chamada.

4.3.21.1.3. Deverá executar relatórios de tipos diferentes com no mínimo as seguintes informações:

4.3.21.1.4. Deverá informar os números de origem e destino, data e hora da chamada, data e hora da finalização da chamada, tempo total de cada chamada;

4.3.21.1.5. Gerar relatório dentro de períodos e datas pré-estabelecidas;

4.3.21.1.6. Deverá ser possível nomear os relatórios;

4.3.21.1.7. Envio do relatório por e-mail;

4.3.21.1.8. Geração dos relatórios no mínimo no formato CSV;

4.3.21.1.9. Chamadas internas e externas.

#### 4.3.22. **ACESSO ADMINISTRATIVO DA PLATAFORMA DE TELEFONIA**

4.3.22.1. Deve ser disponibilizado perfil de usuário com capacidade de realização de gestão da plataforma. Este usuário deverá ter acesso às seguintes funcionalidades:

4.3.22.1.1. Monitoramento geral da solução, com capacidade de visões dos aspectos gerais da solução

4.3.22.1.2. Monitoramento do status dos diversos componentes da plataforma

4.3.22.1.3. Visualização de logs de auditoria do sistema – logs de acessos e modificações

4.3.22.1.4. Configuração de funcionalidades de ramais.

4.3.22.2. A criação de usuários com capacidade de gestão da plataforma será realizada exclusivamente pela LICITANTE, tendo a autorização formal do CONTRATANTE.

#### 4.3.23. **RELATÓRIOS**

4.3.23.1. Funcionalidade de emissão de relatórios padrão tais como: utilização da solução, tempo de uso, funcionalidades utilizadas, e outros, incluindo os relatórios específicos listados em outras partes deste termo de referências.

4.3.23.2. Também deve disponibilizar detalhamento de uso por usuário incluindo: Último login, ip originário do login, e demais estatísticas correspondentes ao uso da solução visando permitir auditorias de acesso e segurança.

4.3.23.3. Capacidade de gerar relatórios em formatos diversos, apresentando no mínimo: PDF, MSOffice (.doc, .xls ou .xlsx) e CSV.

#### 4.3.24. **SUPORTE E MANUTENÇÃO**

4.3.24.1. A LICITANTE deverá prestar suporte a fim de esclarecer dúvidas, solucionar problemas de funcionamento, de configuração e operação do serviço, visando manter o pleno fornecimento do mesmo de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

4.3.24.2. A LICITANTE deverá prover gerenciamento e suporte contínuo, em regime 24x7, às plataformas em nuvem de PABX que compõem o escopo deste termo de referência. Adicionalmente, prover gerenciamento e suporte contínuo, em regime 24x7, aos serviços STFC para DDR e 0800.

4.3.24.3. A comunicação de incidentes ou solicitação de suporte remoto deverá ser feita pela CONTRATANTE por telefone com ligação gratuita, sistema Web ou e-mail, momento em que deverá ser aberto chamado com fornecimento de número único de protocolo para acompanhamento. O protocolo deverá ser fornecido no momento da abertura e também enviado por e-mail informado pela CONTRATANTE.

4.3.24.4. A LICITANTE deverá fornecer sistema Web que permita consulta aos chamados abertos pela CONTRATANTE, incluindo o horário de abertura e fechamento dos chamados, bem como o andamento do chamado. Caso não disponibilize sistema Web, deve notificar a CONTRATANTE, por e-mail, no momento da abertura e fechamento do chamado e no decorrer do atendimento do mesmo.

4.3.24.5. Os telefones, e-mails e páginas da Internet, a serem utilizados para a abertura dos chamados, devem ser informados formalmente pela LICITANTE em até 10 dias após a assinatura do contrato.

4.3.24.6. O nível de severidade dos chamados deverá ser comunicado a LICITANTE no momento de sua abertura.

4.3.24.7. O nível de severidade de um chamado poderá ser reclassificado pela CONTRATANTE. Neste caso, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade.

4.3.24.8. A CONTRATANTE considerará o incidente efetivamente solucionado quando a equipe responsável por administrar o contrato receber a confirmação pelo usuário da conclusão do chamado. O chamado rejeitado pela equipe será reaberto quantas vezes forem necessárias, não cabendo ônus pelos reclamados.

4.3.24.9. Ao final de cada processo de chamado, deverá ser apresentado relatório contendo a data e hora do chamado, do início e do término do atendimento, bem como a identificação do defeito e as providências adotadas, com o devido ateste de servidor da CONTRATANTE.

4.3.24.10. Os prazos para solução dos chamados estão definidos de acordo com a criticidade do incidente e são definidos no instante da abertura do chamado tendo-se a identificação da criticidade.

4.3.24.11. O serviço de suporte e manutenção deverá ser prestado sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

4.3.24.12. A classificação de Severidade de incidentes e o Nível de Serviço mínimo esperado e exigido pela CONTRATANTE à LICITANTE estão descritos na tabela abaixo. Estes níveis, por sua vez, referem-se especialmente aos atendimentos realizados pela LICITANTE, de forma que os mesmos possam atender plenamente às necessidades da CONTRATANTE.

4.3.24.13. Os níveis de serviço aplicam-se após a instalação inicial prevista no item Instalação e Configuração

4.3.24.14.

Severidade	Descrição	Prazo da LICITANTE Informar o número do Protocolo e a classificação de nível	Tempo para Resolução após a informação do Protocolo
<b>Emergencial</b>	Indisponibilidade total do serviço Incidente emergencial que esteja impactando toda a solução, deixando serviços indisponíveis. Ex.: serviço de PABX indisponível; parada total do serviço.	Até 30 min	Até 6 horas
<b>Alta</b>	Indisponibilidade parcial do serviço (+) Incidente que esteja impactando parcialmente os serviços, atingindo mais de 50% dos recursos da solução. Ex.: ramais, usuários, módulos, etc.	Até 2 horas	Até 12 horas



<b>Média</b>	Indisponibilidade parcial do serviço (-) Incidente que esteja impactando parcialmente os serviços, atingindo entre 20% e 49% dos recursos da solução. Ex.: ramais, usuários, módulos, etc	Até 4 horas	Até 24 horas
<b>Baixa</b>	Incidentes e Solicitações Diversas Incidentes ou requisições de baixo impacto, com abrangência de até 20% de impacto em recursos da solução Ex.: ramais, usuários específicos, solicitações diversas, etc Solicitações Diversas - eventos e solicitações de nenhum impacto nos serviços e funcionalidades.	Até 12 horas	Até 96 hora

#### 4.4. **ITEM 1.1: Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP**

4.4.1. A LICITANTE deverá prestar treinamento para equipe técnica da CONTRATANTE, abrangendo os seguintes tópicos da solução contratada:

- 4.4.1.1. Apresentação da solução instalada, módulos da solução;
- 4.4.1.2. Gestão de usuários - criação, deleção e modificação;
- 4.4.1.3. Configuração básica e avançada;
- 4.4.1.4. Operação básica e avançada;
- 4.4.1.5. Gerenciamento;
- 4.4.1.6. Solução de problemas (troubleshooting);
- 4.4.1.7. Laboratório prático baseado no serviço contratado;

4.4.2. A LICITANTE deverá fornecer treinamentos para a solução de PABX para os usuários, tendo:

- 4.4.2.1. Apresentação de toda solução PABX VoIP e utilização do produto.
  - 4.4.2.2. Uso dos softphones;
  - 4.4.2.3. O treinamento deverá ser realizado nas seguintes condições:
  - 4.4.2.4. Realizado de forma online com gravação;
  - 4.4.2.5. O conteúdo programático deverá ser aprovado pela CONTRATANTE antes da realização de cada treinamento;
- 4.4.3. O treinamento será realizado após a conclusão das instalações ou em datas a serem definidas pela CONTRATANTE;

4.4.4. Deverá ser disponibilizado pela LICITANTE o material didático e os certificados;

4.4.5. Ao final do treinamento, os participantes deverão estar aptos a operar e administrar o serviço.

#### 4.5. **ITEM 1.2: Instalação e configuração de PABX Virtual VoIP**

4.5.1. O serviço deverá ser entregue em funcionamento pela LICITANTE no Conselho Federal de Psicologia, conforme as especificações contidas neste Termo de Referência, no prazo de 30 (trinta dias) após o envio da Ordem de Início de Serviço (OIS) pela CONTRATANTE.

4.5.1.1. No local onde a solução for instalada e certificada pela equipe da CONTRATANTE como funcionando, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, habilitando o pagamento dos serviços disponibilizados para o local respectivo.

4.5.1.2. O TERMO DE ACEITE DEFINITIVO será emitido quando todos os itens do cronograma forem entregues e certificados como funcionando pela equipe da CONTRATANTE

4.5.1.3. Após a instalação e configuração inicial, os prazos seguem o item Acordo De Nível De Serviço deste Termo de Referência.

4.5.1.4. Ao receber a OIS a LICITANTE deverá indicar equipe técnica e pessoa responsável, gerente de projetos conforme item Gerente de Projetos, para agendamento de uma reunião inicial de planejamento, onde será discutido o cronograma de implantação do objeto do presente termo de referência. A reunião inicial deverá ocorrer em um prazo máximo de 7 dias corridos.

4.5.1.5. A LICITANTE deve elaborar cronograma que englobe todas as atividades necessárias para instalação, configuração, testes e operação que visem operacionalizar o serviço no ambiente da

CONTRATANTE. O cronograma deverá indicar a data de início e fim da instalação geral e datas para cada local definido neste termo de referência.

4.5.1.6. Junto com o cronograma deve ser incluída documentação de arquitetura da solução.

4.5.1.7. A LICITANTE terá um prazo de até 7 dias para ajuste do cronograma detalhado de implantação, após a reunião inicial.

4.5.1.8. Caso o cronograma apresentado não seja aprovado pela CONTRATANTE, a LICITANTE deverá reformular o cronograma e apresentá-lo em até 3 (sete) dias corridos.

4.5.1.9. A CONTRATANTE poderá alterar as datas previstas no cronograma mediante formalização prévia à LICITANTE.

4.5.1.10. O referido prazo poderá ser estendido pela LICITANTE, mediante solicitação formal à CONTRATANTE, desde que justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

4.5.1.11. Considera-se o serviço entregue, após as realizações dos testes e pleno funcionamento de todas as funcionalidades previstas nas especificações do Termo de Referência.

4.5.1.12. A LICITANTE deve efetuar a configuração dos serviços contratados de forma a garantir o pleno funcionamento conforme descrito neste Termo de Referência.

4.5.1.13. Caso os serviços de instalação e configuração venham a causar indisponibilidade no ambiente de TI ou de telefonia da CONTRATANTE, a mesma deve ser comunicada previamente para agendamento da atividade fora do horário comercial, podendo ser realizados inclusive em sábados, domingos e feriados, em datas e horários a serem definidos pela CONTRATANTE, sem custos adicionais.

4.5.1.14. A instalação e configuração inicial inclui os itens solicitados na(s) OIS(s), incluindo, mas não se restringindo a:

4.5.1.14.1. Instalação, Configuração e parametrização do PABX em nuvem;

4.5.1.14.2. Portabilidade e fornecimentos de novas faixas faixas DDR e números 0800 da CONTRATANTE;

4.5.1.14.3. Instalação e configuração de aparelhos telefônicos da CONTRATANTE;

4.5.1.14.4. Configuração de URA;

#### 4.5.2. **ITEM1.3: Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais**

4.5.3. A LICITANTE deve prover troncos SIPs para tráfego STFC para os serviços de DDR para os ramais administrativos e serviços 0800 para as centrais de atendimento do CFP, devendo ser instalados no PABX em nuvem da LICITANTE.

4.5.4. Não serão aceitas propostas que contenham fornecimento de troncos SIP ou gateways nos escritórios do CFP

4.5.5. A LICITANTE deverá comprovar que a estrutura física dos troncos SIP é totalmente redundante, tendo os links físicos com acessos totalmente independentes.

4.5.6. O entroncamento deverá ser capaz de integrar-se com o sistema de telefonia SIP através de Protocolo SIP (Session Initiation Protocol), implementando todas as funcionalidades da RFC 3261.

4.5.7. A LICITANTE deverá prover os SBCs (Session Border Controller) em alta-disponibilidade sendo instalados em nuvem e integrados com as plataformas de PABX.

4.5.8. Os troncos SIP que suportarão o tráfego de STFC para DDR e 0800 e deverão estar conectados aos SBCs em nuvem, disponibilizados pela LICITANTE.

4.5.9. É responsabilidade da LICITANTE o dimensionamento da quantidade de canais SIP no entroncamento com STFC, sendo o mínimo aceitável a capacidade de 60 canais de voz.

4.5.10. É responsabilidade da LICITANTE o monitoramento da ocupação dos troncos SIP e a realização da ampliação da capacidade de canais.

4.5.11. As ligações deverão sair com identificação de número de origem para o usuário que recebe a ligação (recurso de bina) da unidade da CONTRATANTE em que se encontra o ramal instalado (softphone ou terminal IP físico), independentemente do tronco de saída da chamada para o número de destino.

4.5.12. As ligações, de ramais DDR deverão sair com identificação de número de origem para o usuário que recebe a ligação do respectivo número do ramal DDR.

4.5.13. A LICITANTE deve possuir tráfego STFC ilimitado para originar ligações locais e longa distância nacional, fixo-fixo e fixomóvel.

4.5.14. A LICITANTE deverá, a critério da CONTRATANTE, executar a portabilidade ou alterar a faixa existente, para adequar o padrão para ligações DDR, nos termos da legislação vigente sobre portabilidade numérica (Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), válido desde a Resolução Anatel nº

460, de 19 de março de 2007, ou norma posterior que substitua o atual RGP, sempre que couber.

4.5.15. A LICITANTE deverá apresentar um plano de portabilidade detalhado, incluindo cronograma, responsabilidades e procedimentos de contingência, antes do início do processo.

4.5.16. A plataforma de PABX em nuvem deverá prover que a unidades da CONTRATANTE possua números de telefone local (do código de área e região municipal da cidade que está instalada) e, portanto, esteja ligada a rede pública de telefonia através de troncos SIP, do tipo discagem direta a ramal (DDR), controlados pelo PABX em nuvem.

4.5.17. A CONTRATANTE deverá ter a opção de aprovar a escolha das novas faixas numéricas, que fará parte do plano de numeração em conjunto com os números existentes (portados); ou ainda, a CONTRATANTE poderá solicitar toda a troca dos números DDR's por novos números à LICITANTE, sem custo adicional.

4.6. A LICITANTE deverá possuir outorga da ANATEL para realização de serviços de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) junto a ANATEL para a prestação do objeto contratual deste serviço, com documentação comprobatória apresentada no processo licitatório.

4.7. Não será permitido a subcontratação do tráfego STFC, sendo obrigatório que os números DDR disponibilizados sejam da própria LICITANTE junto à ABR Telecom.

4.8. A LICITANTE deve ser detentora do plano de numeração registrado junto a ABR Telecom da região solicitada, não podendo ser subcontratado a parte inerente ao objeto STFC.

#### 4.9. **ITEM 2: Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda**

4.9.1. Serviços técnicos de desenvolvimento e integração serão contratados através das USTs (Unidades de Serviços Técnicos);

4.9.2. As USTs serão utilizadas para a execução de serviços eventuais de desenvolvimento e integração, serviços estes não previstos explicitamente no Edital e demais anexos, que forem solicitados por conveniência da CONTRATANTE.

4.9.3. Alguns exemplos de serviços eventuais:

4.9.3.1. Desenvolvimento ou customização de nova funcionalidade na plataforma de Telefonia;

4.9.3.2. Desenvolvimento de webservices para integrações com sistemas da CONTRATANTE;

4.9.3.3. Desenvolvimento de nova integração com sistemas da CONTRATANTE;

4.9.3.4. Desenvolvimento ou modificação do fluxo de atendimento da URA ou BOT.

4.9.4. Os serviços de desenvolvimento e integração, eventuais, que sejam da conveniência da CONTRATANTE, poderão ser prestados na forma de serviços eventuais.

4.9.5. Para os serviços eventuais de desenvolvimento e integração, a CONTRATANTE e a LICITANTE negociarão o prazo para entrega do serviço, o qual dependerá da complexidade e urgência da solicitação.

4.9.6. Os serviços eventuais de desenvolvimento e integração serão previamente solicitados e autorizados em ordem mensal de serviços pela CONTRATANTE que validará a quantidade de UST propostos pela LICITANTE para a realização do serviço, após validação deverá emitir a autorização para execução técnica.

#### 4.10. **APARELHO TELEFÔNICO IP - ITENS 3, 3.1 E 3.2**

4.10.1. Durante o período do contrato, a critério da necessidade o CFP poderão solicitar o fornecidos de aparelhos telefônicos IP em locação.

4.10.2. Todos os aparelhos telefônicos deverão ser novos, de primeiro uso e acompanhados dos manuais, não serão aceitos equipamentos reformados ou reconicionados.

4.10.3. Para garantir a segurança da comunicação e simplicidade da configuração, quando instalados remotamente a conexão dos telefones à solução de telefonia em nuvem deve ser feita via SBC (Session Border Control), não requerendo nenhum tipo de configuração de VPN em nenhum dos lados.

4.10.4. O aparelho SIP deve permitir a utilização dos recursos e funcionalidades disponibilizadas pelo PABX em nuvem, conforme definido neste Termo de Referência.

4.10.5. O envio dos aparelhos SIP aos escritórios da CONTRATANTE, sua instalação e configuração é de responsabilidade da LICITANTE.

4.10.6. Os aparelhos SIP a serem fornecidos devem atender aos requisitos descritos a seguir:

#### 4.10.7. **ITEM 3: Aparelho Telefone IP Intermediário Locação - Sob demanda**

4.10.8. Telefones VoIP com PoE (Power over Ethernet) para permitir receber energia diretamente do

cabo de rede (PoE) com a opção de usar uma fonte de alimentação externa quando necessário.

- 4.10.9. Fonte inclusa: Fonte de alimentação externa com entrada 100-240 VCA 50-60 Hz.
- 4.10.10. O aparelho deverá ser do tipo fixo, de mesa.
- 4.10.11. Suportar IPv6;
- 4.10.12. Deve possuir display que permita no mínimo:
- 4.10.13. Visualizar data e hora;
- 4.10.14. Idioma: Português do Brasil (PT-BR) para todas informações apresentadas ao usuário.
- 4.10.15. Possuir porta RJ9 ou P2/P3 ou USB para Headset;
- 4.10.16. Deve possuir, no mínimo, 02 (duas) portas Giga Ethernet (10/100/1000 Mbps) com switch interno, permitindo ligar uma das portas a rede LAN e a outra à um computador;
- 4.10.16.1. Deve possuir display de no mínimo 2,4" com resolução de, no mínimo, 320x240 pixels e fundo de luz;
- 4.10.16.2. Permitir a utilização dos CODECS G.729 e G.711, com estas codificações e compressões de voz ocorrendo diretamente no aparelho;
- 4.10.17. Deve possuir Agenda que permita armazenar nomes e números para fácil acesso.
- 4.10.18. Deve possuir viva-voz que permita que o usuário fale e ouça sem precisar segurar o telefone.
- 4.10.19. Deve possuir Registro de Chamadas, mantendo um registro de chamadas realizadas e recebidas.
- 4.10.20. Deve possuir Discagem Rápida que permita que o usuário disque números frequentemente chamados rapidamente.
- 4.10.21. Funções Adicionais: Incluir recursos como transferência de chamadas, desvios, conferência e chamada em espera (hold), mudo (mute), ajuste do volume da campainha, retorno aos padrões de fábrica, reinicialização, teclas programáveis.
- 4.10.22. Codecs suportados: Suportar vários codecs, como G.711, G.729.
- 4.10.23. Compatibilidade: SIP RFC3261, TCP/IP/UDP, TR-069, 802.1x, 802.1Q (VLAN tagging), TLS, SRTP, IPv6, permitir configuração de rede manual ou automática de DHCP, permitir sincronização de data e hora usando SNTP.
- 4.10.24. Deve ser capaz de aplicar outra VLAN na porta do switch enviada ao computador, para que o tráfego de dados e de voz utilizem VLAN distintas.
- 4.10.25. Deve implementar mecanismo de autenticação via protocolo 802.1x utilizando EAP-TLS;
- 4.10.26. Deve ser fornecido aparelho telefônico com patch cord de no mínimo de 1,5 metro.
- 4.10.27. **ITEM 3.1: Aparelho Telefone IP Avançado Locação - Sob demanda**
- 4.10.27.1. Tela (display) colorido de o mínimo 4,3" polegadas com resolução de no mínimo 480x272 pixels e luz de fundo;
- 4.10.27.2. Ter pelo menos 16 (dezesesseis) contas SIP;
- 4.10.27.3. Possuir 4 (quatro) softkeys ou display touch;
- 4.10.27.4. Possuir 2 (duas) portas Gigabit Ethernet;
- 4.10.27.5. Qualidade de voz HD tanto no monofone quanto no alto-falante;
- 4.10.27.6. Possuir suporte a DTMF: In-band, Out-of-band (RFC2833) e SIP INFO;
- 4.10.27.7. Ser Power over Ethernet (IEEE 802.3af) classe 3;
- 4.10.27.8. Suportar IPv6;
- 4.10.27.9. Suportar configuração via browser ou direto no aparelho;
- 4.10.27.10. Suportar auto provisionamento via FTP/TFTP e HTTP/HTTPS;
- 4.10.27.11. Acompanhar adaptador AC BIVOLT;
- 4.10.27.12. Possuir os seguintes CODECs: G.729 e G.711;
- 4.10.27.13. Ter pelo menos 27 (vinte sete) teclas DSS possíveis no display (touch);
- 4.10.27.14. Ter 7 (sete) teclas de facilidades: mensagem, headset, hold, redial, transfer, mute, viva voz;
- 4.10.27.15. Possuir 6 (seis) teclas de navegação ou display touch;
- 4.10.27.16. Possui no mínimo 2 (portas) entrada USB;

- 4.10.27.17. Deve possuir 2 portas RJ9 dedicadas: uma para monofone e outra para headset comutável;
- 4.10.27.18. Suportar módulo de expansão com tela colorida de 4.3" (272x480 pixels), 20 teclas físicas com LED por página, 3 páginas programáveis (total 60 funções), com base de 2 ângulos ajustáveis."
- 4.10.27.19. O aparelho deve suportar até 3 módulos de expansão simultaneamente.
- 4.10.27.20. O conjunto telefone + módulo de expansão deve permitir no mínimo 180 teclas programáveis (até 3 módulos encadeados).
- 4.10.27.21. O telefone deve possuir suporte à integração com headsets sem fio utilizando protocolo padrão DECT, por meio de interface eletrônica externa ou nativa.
- 4.10.27.22. O telefone deve ser compatível com sistema de provisionamento remoto com política de segurança baseada em TLS 1.3, SRTP, IEEE802.1X, OpenVPN, HTTPS e autenticação com certificado X.509.
- 4.10.27.23. O aparelho deve possuir suporte à conectividade Wi-Fi e Bluetooth, diretamente ou por meio de acessórios homologados pelo fabricante, conectados à porta USB do equipamento.

**4.10.28. ITEM 3.2: Aparelho Telefone IP Sem Fio Locação - Sob demanda**

- 4.10.28.1. Tela (display) com 1.8" polegadas e 128 x 160 pixels colorido;
- 4.10.28.2. Ter pelo menos 4 (quatro) contas SIP;
- 4.10.28.3. Ter suporte à DTMF: Entrada, Saída (RFC2833) e SIP INFO;
- 4.10.28.4. Ser Power over Ethernet (IEEE 802.3af), class 1;
- 4.10.28.5. Suportar montagem em parede;
- 4.10.28.6. Suportar auto provisionamento via FTP/TFTP/HTTP/ HTTPS;
- 4.10.28.7. Acompanhar adaptador AC BIVOLT;
- 4.10.28.8. Possuir os seguintes CODECs: G.729 e G.711;
- 4.10.28.9. O aparelho deve possuir base station dedicada para comunicação via tecnologia DECT, com suporte para até 10 handsets e 20 chamadas simultâneas.
- 4.10.28.10. Deve permitir emparelhamento com handsets compatíveis que possuam entrada para headset com conector 3.5mm, permitindo maior mobilidade e privacidade no atendimento.
- 4.10.28.11. A estação base deve suportar configuração automática via RPS (Redirection and Provisioning Service) e atualização OTA (Over-The-Air), facilitando a manutenção remota.
- 4.10.28.12. A estação base deve ser compatível com ao menos 6 repetidores, com alcance mínimo de 50 metros em ambientes internos e 300 metros em externos, conforme condições ideais.
- 4.10.28.13. O sistema sem fio deve suportar os protocolos TLS 1.3 e SRTP para criptografia e segurança das comunicações, além de VPNs L2TP/OpenVPN para cenários corporativos.
- 4.10.28.14. O telefone IP sem fio deve possuir suporte a tecnologia ECO/ECO+ para economia de energia durante o modo standby e operação.
- 4.10.28.15. O aparelho deve suportar conferência local de 3 vias diretamente pelo handset, sem necessidade de infraestrutura adicional.
- 4.10.28.16. A estação base deve possuir interface RJ45 com suporte a PoE (802.3af Classe 1) e permitir montagem em parede ou instalação sobre superfície.

**4.10.29. ITEM 4: Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda**

- 4.10.30. A LICITANTE deve disponibilizar os serviços 0800 através dos troncos SIP conectados na estrutura de PABX em nuvem.
- 4.10.31. Os serviços 0800 deverão ser regenerados para a faixa DDR disponibilizada para o CONTRATANTE.
- 4.10.32. Deve ser feita a portabilidade dos números 0800 já em uso pela CONTRATANTE.
- 4.10.33. O CFP poderá realizar o atendimento dos números 0800 através de ramais do PABX, sendo definido conforme a necessidade do órgão.
- 4.10.34. As ligações recebidas através da linha 0800 deverão ter minutagem consumida do pacote inicial de 500 para ligações locais, celular e DDD

**4.11. ITEM 4.1: Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.**

- 4.11.1. Caso no mês de referencia o CFP exceda o consumo do pacote básico, deverá ser fornecido novos pacotes para os minutos de ligações.

- 4.11.2. Cada pacote novo deverá disponibilizar mais 60 minutos para ligações locais, celular e DDD.
- 4.12. **ITEM 5: Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto**
- 4.13. As ligações efetuadas pelos ramais contratados deverão ser tarifadas pela minutagem consumida.
- 4.14. A CONTRATADA deverá disponibilizar um pacote de 120 minutos para cada mês.
- 4.15. O CFP não tem obrigação de realizar o uso desses minutos, realizando o pagamento somente da quantidade de minutos consumida quando ocorrer o consumo.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. A LICITANTE deverá possuir outorga da ANATEL para realização de serviços de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) junto a ANATEL para a prestação do objeto contratual deste serviço, com documentação comprobatória apresentada no processo licitatório.
- 5.2. Não será permitido a subcontratação do tráfego STFC, sendo obrigatório que os números DDR disponibilizados sejam da própria LICITANTE junto à ABR Telecom.
- 5.3. As plataformas de PABX deverá ser ofertada em nuvem ou, alternativamente, hospedados em data center Tier III, na modalidade SaaS (Software-as-a-Service), devendo obrigatoriamente estar instalado dentro do território brasileiro.
- 5.4. A LICITANTE deverá apresentar documento Descritivo Técnico referente à solução ofertada e que apresente respostas aos requerimentos apresentados neste Termo de Referência, comprovando que a solução proposta está aderente a todos os recursos e funcionalidades mínimas exigidos nas características técnicas especificadas, fornecendo referência exata à documentação do produto, com página e capítulo, que comprove o cumprimento dos requisitos.
- 5.5. Não serão aceitas propostas em que o Descritivo Técnico apresente respostas aos requisitos deste Termo de Referência que contenham expressões genéricas como "CONFORME EDITAL" ou "DE ACORDO COM O EDITAL", sem especificação exata do objeto ofertado, suas características e aderência ao edital.

### **Sustentabilidade:**

- 5.6. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis](#):

### **Subcontratação**

- 5.7. A LICITANTE poderá contratar recursos de nuvem pública para hospedagem da plataforma de PABX, devendo obrigatoriamente estar instalado dentro do território brasileiro, possuir certificação Tier III e ISO 27001.

### **Garantia da contratação**

- 5.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista o fato de que tal exigência é discricionária para a administração, e por não se vislumbrar a necessidade de tal exigência para o objeto.

### **Vistoria**

- 5.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Da transição contratual e transferência de conhecimento**

- 5.10. O objeto demandado não exige transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas aplicadas, e considerando a existência de um contrato vigente, cabe a esta administração o planejamento para se evitar a sobreposição dos instrumentos contratuais, ou seja, o termo contratual advindo deste instrumento deverá iniciar a prestação dos serviços a após o efetivo encerramento da vigência do atual.

### **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

- 5.11. O PROPONENTE deverá comprovar que está em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança e privacidade dos dados dos usuários. Deverão ser observadas as orientações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, e demais legislações sobre o assunto.
- 5.12. A LICITANTE, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, não colocando, por seus atos ou por omissão a CONTRATANTE em situação de violação das leis de privacidade, em especial, a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Dados Pessoais (“LGPD”).

5.13. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste contrato ou na execução das atividades ligadas a este contrato, a LICITANTE deverá adequar-se às condições vigente. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do contrato conforme as disposições acordadas, a CONTRATANTE poderá resolvê-lo sem qualquer penalidade, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente os valores devidos correspondentes.

5.14. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.15. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.16. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.17. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.18. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.19. É dever da LICITANTE orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.20. LICITANTE deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.21. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a LICITANTE atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.22. LICITANTE deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.23. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **GERENTE DE PROJETOS**

6.1. A LICITANTE deverá indicar na assinatura do contrato um representante, Gerente de Projetos, que será a pessoa responsável e contato principal para as atividades de gestão do contrato, planejamento de implantação, acompanhamento do contrato, encaminhamento de demandas e demais aspectos do planejamento e gestão dos serviços previstos neste termo de referência.

6.2. Deverão ser programadas reuniões para realizar o planejamento da implantação e posterior acompanhamento do projeto, apresentação de status e evolução do projeto, plano de ação para prazos não cumpridos, e outros aspectos necessários a gestão e acompanhamento do contrato.

6.3. Deve ser definido um calendário de reuniões periódicas com a diretoria da CONTRATANTE para aferir andamento.

6.4. O cronograma de reuniões técnicas e de acompanhamento do andamento será definido de comum acordo entre a LICITANTE e CONTRATANTE visando atender as necessidades operacionais, técnicas e de gestão do contrato. Esperam-se reuniões com periodicidade compatível com as necessidades e etapas da implantação e execução.

6.5. Visando a agilidade e bom andamento dos trabalhos, a LICITANTE deverá comprometer-se a manter o mesmo Gerente de Projetos durante toda duração do contrato, permitindo-se substituições e trocas do titular desde que devidamente justificada pela LICITANTE e acordado com a CONTRATANTE.

6.6. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, por critérios próprios, técnicos e de gestão, solicita a substituição do Gerente de Projetos, tendo a LICITANTE um prazo de até 15 dias para apresentar o novo profissional.

### **Condições de execução**

6.7. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.7.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato;
- 6.7.2. A LICITANTE deverá agendar reunião com equipe técnica do CFP para definir o processo de instalação do serviço.
- 6.7.3. Após a instalação a LICITANTE deverá agendar com equipe técnica do CFP o treinamento do produto.
- 6.7.4. Sempre que o CFP necessitar de suporte ao produto a LICITANTE deverá prestar o atendimento conforme descrito no TR.
- 6.7.5. Os serviços da solução VOIP deverão ser prestados em escada de 24x7.
- 6.7.6. Para atendimento de suporte técnico ao produto em escada de 24x7.
- 6.7.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 6.7.8. **Especificação da garantia do serviço**
- 6.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Propriedade e disponibilidade dos dados**

- 6.9. Todos os dados armazenados na plataforma de PABX são de propriedade exclusiva do CFP e não poderão ser utilizados, acessados, disponibilizados ou consultados para qualquer finalidade ou propósito sem a expressa autorização da mesma.
- 6.10. Periodicamente, ou a qualquer momento durante a duração do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar cópia integral ou parcial dos dados do sistema em formato aberto (CSV, XML, JSON ou outros equivalentes conforme aplicáveis). 1
- 6.11. A LICITANTE deverá disponibilizar os dados em formato digital para download.
- 6.12. Ao final do contrato, após a disponibilização dos dados para a CONTRATANTE, a LICITANTE deverá eliminar todos os dados contidos no sistema, incluindo todas as cópias e backups.
- 6.13. Ao final do contrato, caso solicitado, a LICITANTE deverá auxiliar na migração para outra solução, fornecendo em formato aberto (CSV, XML, JSON ou outros equivalentes conforme aplicáveis) todos os dados inseridos no sistema e disponibilizando profissionais técnicos para esclarecer dúvidas e questões relativas ao formato e modelo de dados.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o CFP e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O CFP poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CFP poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Rotinas de Fiscalização**

- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica e Administrativa**

- 7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá



notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.13.1. Mensalmente acompanhar o relatório enviado pela CONTRATADA e validar as quantidades de licenças e minutos utilizados nos sob demanda executadas no mês.

7.13.2. O fiscal deverá se atentar para a necessidade, ou não, de solicitar complemento do relatório.

7.13.3. Após a validação responder a CONTRADATA para a autorização para faturamento e envio de nota para o email PROTOCOLO@CFP.ORG.BR.

7.13.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

7.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

7.17. Cabe ao Gestor do Contrato:

7.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.17.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.17.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art.

2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.17.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar relatório informando as quantidades de serviços utilizados sob demanda de cada item da tabela de serviços executadas no mês e o Índice de Disponibilidade Mensal do serviço prestado.

8.2. Após a validação a CONTRADADA deverá encaminhar ao CFP no email PROTOCOLO@CFP.ORG.BR a Nota Fiscal dos serviços prestados.

8.3. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços disposto neste item.

8.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a LICITANTE:

8.4.1. não produzir os resultados acordados;

8.4.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades LICITANTES; ou

8.4.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.6.1. O serviço deverá apresentar Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) mínimo de 99,5% (noventa e nove e meio por cento), apurado da relação entre a disponibilidade real do serviço e o número total de minutos do período mensal contratado, conforme a seguinte fórmula:

8.6.2.  $IDM = [(Tc - Ti) / Tc] * 100$ ,

8.6.3. onde: IDM = Índice de Disponibilidade Mensal

8.6.4. Tc (tempo contratado) = Total de minutos contratados no período (1440 min \* quantidade de dias do mês)

8.6.5. Ti (tempo indisponível) = Total de minutos parados no período

8.6.6. Será considerada indisponibilidade do serviço qualquer evento, por parte da LICITANTE que impossibilite o uso total da plataforma.

8.6.7. Para efeito de cálculo da penalidade, será considerado como Tempo Indisponível (Ti), a soma de todos os tempos apurados nos itens, cumulativamente, excetuando-se desta soma apenas os eventos que se sobreponham no mesmo intervalo de tempo.

8.6.8. Serão excetuados do cálculo de IDM um total de até 04 (quatro) interrupções por ano, desde que estas ocorram de forma programada, agendadas em comum acordo com o CFP com uma antecedência mínima de 03 (três) dias úteis e ocorram no período compreendido das 22 às 05 horas.

8.6.9. Caso o Índice de Disponibilidade Mensal seja inferior a 99,5% (noventa e nove e meio por cento), será aplicada multa calculada de acordo com a fórmula a seguir, limitada a 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato. Além da multa, em casos reiterados de descumprimento do índice de disponibilidade mensal, poderão ser aplicadas as demais sanções previstas, conforme o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.10.  $Multa = [(99,5 - IDM) * (VAC/12)] / 10$ , onde:

8.6.11. IDM = Índice de Disponibilidade Mensal

8.6.12. VAC = Valor Anual do Contrato

8.6.13. As multas a que se referem os itens acima serão cobradas diretamente da LICITANTE, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas no contrato.

8.6.14. Na hipótese de haver inexecução total do contrato, a LICITANTE estará sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.15. O não cumprimento reiterado dos níveis de serviço mínimos exigidos, sem justificativa aceita pela Administração, também estará sujeita a aplicação das demais penalidades previstas Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.16. A LICITANTE deverá executar os serviços contínuos de manutenção da plataforma, durante toda a vigência do contrato.

8.6.17. Caso a LICITANTE constata a impossibilidade de cumprimento dos prazos do acordo de nível de serviços descritos em (MANUTENÇÃO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO), em decorrência da abrangência do incidente ou da ocorrência de fato superveniente, deverá apresentar justificativa fundamentada e propor novo prazo para a solução do problema, antes do término do prazo inicial, submetendo-o ao Conselho Federal de Psicologia para aprovação. Caso a proposta de prazo seja aprovada, o novo prazo definido deverá ser cumprido, ficando a LICITANTE sujeita às penalidades previstas pelo não cumprimento.

### **Do recebimento**

8.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente e de forma sumária quando do recebimento da Nota Fiscal, pelo fiscal do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, havendo qualquer intercorrência em desacordo com as obrigações contratuais, a Contratada será notificada com o envio de Relatório Detalhado para a devida solução em prazo a ser concedido pela fiscalização.

8.7.1. Caso haja qualquer intercorrência a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo ao representante designado não atestar a única medição de entrega de material até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

8.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de execução de cada etapa/mês/unidade adimplida.

8.10. Se for o caso, ao final de cada período/evento de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, caso haja a necessidade de se elaborar um Relatório Detalhado, esse deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15.1. Neste Conselho o Recebimento Definitivo é formalizado com a elaboração do Memorando de Pagamento, que historicamente atesta e liquida a prestação dos serviços.

8.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, caso exista, visando a formalização da resolução de qualquer intercorrência apontada no Relatório do Recebimento Provisório.

8.16.1. A documentação pertinente será enviada ao Setor de Planejamento e Execução Orçamentária - SPEO para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de

inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10(dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.20.1. Neste Conselho o procedimento de liquidação da despesa é dado por meio da elaboração do Memorando de Pagamento.

8.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.21.1. o prazo de validade;

8.21.2. a data da emissão;

8.21.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.21.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.21.5. o valor a pagar; e

8.21.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.31. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Reajuste**

8.35. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de celebração do último ajuste entre as partes.

8.36. Após o interregno de um ano, mediante pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

8.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.38. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.39. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.40. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.2.4. Multa:

9.2.5. Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

9.2.6. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

- 9.2.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 9.2.8. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 9.2.9. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 9.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 9.2.11. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- 9.2.12. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.



9.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

10.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#)

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total da proposta da licitante.

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### Qualificação Técnica

10.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.30.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

10.31. A licitante deverá comprovar que:

10.31.1. O DataCenter utilizado para a solução estão localizados no Brasil e possuem Tier 3 e ISO 27001.

10.31.2. A LICITANTE deverá possuir outorga da ANATEL para realização de serviços de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia) e STFC (Serviço de Telefonia Fixa Comutada) junto a ANATEL para a prestação do objeto contratual deste serviço, com documentação comprobatória apresentada no processo licitatório.

10.31.3. Apresentar Certidão Negativa de Débitos junto a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);

10.31.4. Apresentar comprovante de cadastro da operadora na ABR Telecom (Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações).

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1. O atestado, certidão ou declaração fornecida para atendimento ao item acima, deverá conter período de prestação dos serviços de no mínimo 12 (doze) meses;

10.32.1.1.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de meses, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados desde que tenham sido originados de contratos firmados por período inferior a 12 (doze) meses.

10.32.1.2. Ter fornecido/prestado serviços de plataforma PABX VoIP em Nuvem, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), fornecimento de serviço 0800;

10.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverá conter os seguintes elementos:

10.32.2.1. Nome, CNPJ e endereço completo da pessoa jurídica tomadora dos serviços e emitente do atestado;

10.32.2.2. Nome e CNPJ da empresa que prestou os serviços;

10.32.2.3. Descrição dos serviços;

10.32.2.4. Período de execução dos serviços;

10.32.2.5. Pronunciamento quanto à qualidade dos serviços e em relação ao cumprimento das obrigações assumidas;

10.32.2.6. Local e data da emissão do atestado;

10.32.2.7. Identificação (nome e cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado;

10.32.2.8. Os serviços objeto do Atestado de Capacidade Técnica deverão estar contidos na atividade econômica principal e/ou secundária do proponente, especificada no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou

da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

10.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados (*exigível apenas para as Cooperativas de Trabalho*);

10.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.40.6.1. ata de fundação;

10.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais (*exigível apenas para as Cooperativas de Trabalho*);

10.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação (*exigível apenas para as Cooperativas de Trabalho*);

10.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável é de **R\$ 886.448,75 (oitocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026 no elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.04.04.005 – Serviços de Informática.

12.1.1. Sempre que a vigência do Contrato ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários, será providenciada dotação orçamentária própria para cobertura do período subsequente.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

## **APÊNDICE 1 - MODELO DE PROPOSTA**

Em atendimento ao Edital de Pregão Eletrônico CFP nº **900XX/2026** – CFP e anexos, apresento nossa proposta de preço para fornecimento de solução e prestação de serviços de telefonia VoIP fornecida como SaaS (Software as a Service), destinada a suprir as necessidades de comunicação do Conselho Federal de Psicologia, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a realização de ligações telefônicas ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional e, também, longa distância internacional com destino a terminais fixos e móveis e demais serviços incluindo, a instalação,

parametrização, migração, portabilidade, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de serviço 0800, fornecimento de ramais em PABX em nuvem com aparelhos em locação conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos da tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL - 36 MESES
01	1	Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário, incluindo: * Incluso - PABX VIRTUAL VoIP na nuvem * Incluso - Sistema de Bilhetagem * Incluso - Gravador de chamadas * Incluso - Licenças Softphone * Incluso - Unidade de Resposta Audível (URA) * Incluso - Serviço de Manutenção e Suporte Técnico	Licença por mês	10.800	R\$	R\$
	1.1	Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$
	1.2	Instalação e configuração de PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$
	1.3	Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais * Incluso - Pacote de ligações ilimitadas local, celular ,ddd	Unidade	36	R\$	R\$
	2	Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda	UST	100	R\$	R\$
	3	Aparelho Telefone IP Intermediário Locação - Sob demanda	Unidade por Mês	1.800	R\$	R\$
	3.1	Aparelho Telefone IP Avançado locação - Sob demanda	Unidade por Mês	900	R\$	R\$
	3.2	Aparelho Telefone IP Sem Fio locação - Sob demanda	Unidade por Mês	540	R\$	R\$

<b>4</b>	Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda	Unidade por Mês	72	R\$	R\$
4.1	Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.	Unidade por Mês	360	R\$	R\$
<b>5</b>	Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto De fixo para fixo e de fixo para móvel originadas do CFP em Brasília/DF.	Minutos por Mês	4.320	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL:</b>					<b>R\$</b>

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

O prazo de validade desta proposta é de 60(sessenta) dias.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Por fim, seguem os dados para celebração do instrumento contratual:

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Tel/Fax:

Endereço:

Banco: ..... Agência: ..... C/C: .....

Dados do Representante Legal, responsável pela assinatura do contrato

Nome:

Função:

CPF:

Telefone/Fax:

E-mail de contato:

Assinatura do Representante Legal  
Identificação do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Elton Ramos da Silva, Supervisor(a)**, em 14/04/2026, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2765479** e o código CRC **92559C44**.





CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

SAF Sul Quadra 2 Lote 2 Bloco B Sala 104 Térreo, Ed. Via Office - Zona Cívico Administrativa - Bairro Asa Sul,  
Brasília/DF, CEP 70070-600

Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.cfp.org.br>

## MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 576600226.000142/2024-89

**Unidade Gestora:** Setor de Infraestrutura e Suporte de TI - SISTI

**PREGÃO  
ELETRÔNICO CFP  
Nº 90005/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O CONSELHO FEDERAL DE  
PSICOLOGIA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX**

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP**, autarquia federal, que por delegação do poder público exerce o serviço de fiscalização da profissão de psicólogo, instituído pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, com sede à SAF SUL, Quadra 02, Bloco B - Edifício Via Office, Térreo, Sala 104, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o nº **00.393.272/0001-07**, neste ato representado por sua Conselheira-Presidenta eleita para o XX Plenário do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2026-2028, **IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA**, conforme Ata de Posse juntada aos autos, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na XXXXXXXX, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) seu(ua) XXXXXXXX, o(a) senhor(a) **XXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa juntado aos autos, tendo em vista o que consta no Processo 576600226.000060/2024-34, que originou o **Pregão Eletrônico CFP nº 90005/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de telefonia VoIP fornecida como SaaS (Software as a Service), destinada a suprir as necessidades de comunicação do Conselho Federal de Psicologia, incluindo prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a realização de ligações telefônicas ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional e, também, longa distância internacional com destino a terminais fixos e móveis e demais serviços incluindo, a instalação, parametrização, migração, portabilidade, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de serviço 0800, fornecimento de ramais em PABX em nuvem com aparelhos em locação, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Detalhamento do Objeto:



GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL - 36 MESES
1	1	Solução de telefonia PABX VOIP em nuvem - Licença por Usuário, incluindo: * Incluso - PABX VIRTUAL VoIP na nuvem * Incluso - Sistema de Bilhetagem * Incluso - Gravador de chamadas * Incluso - Licenças Softphone * Incluso - Unidade de Resposta Audível (URA) * Incluso - Serviço de Manutenção e Suporte Técnico	Licença por mês	10.800	R\$	R\$
	1.1	Treinamento - Técnico Administradores e usuários em solução PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$
	1.2	Instalação e configuração de PABX Virtual VoIP	Unidade	1	R\$	R\$
	1.3	Serviço assinatura mensal DDR 300 Ramais * Incluso - Pacote de ligações ilimitadas local, celular ,ddd	Unidade	36	R\$	R\$
	2	Serviço de Desenvolvimento e Integração - Sob Demanda	UST	100	R\$	R\$
	3	Aparelho Telefone IP Intermediário Locação - Sob demanda	Unidade por Mês	1.800	R\$	R\$
	3.1	Aparelho Telefone IP Avançado locação - Sob demanda	Unidade por Mês	900	R\$	R\$
	3.2	Aparelho Telefone IP Sem Fio locação - Sob demanda	Unidade por Mês	540	R\$	R\$

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL - 36 MESES
	4	Fornecimento de número 0800 com pacote de 500 minutos para ligações locais, celular e DDD - Sob Demanda	Unidade por Mês	72	R\$	R\$
	4.1	Fornecimento de pacote adicional de 60 minutos para ligações locais, celular e DDD para 0800.	Unidade por Mês	360	R\$	R\$
	5	Chamadas Longa Distância Internacional por Minuto De fixo para fixo e de fixo para móvel originadas do CFP em Brasília/DF.	Minutos por Mês	4.320	R\$	R\$
VALOR TOTAL:						R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico CFP nº 90005/2026 e seus Anexos (SEI nº XXXXXXXXXX)

1.3.2. A Proposta da Contratada (SEI nº XXXXXXXXXX); e

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (meses) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma do disposto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, conforme previsto no Termo de Referência SISTI (SEI XXXXXX).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*

b) *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*

c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*

d) *Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;*

e) *Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de*

*habilitação.*

- 2.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO PAGAMENTO**

#### **5.1. PREÇO**

- 5.1.1. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ XXXXX,XX (valor por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

- 5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

- 5.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

#### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

- 5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

#### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 5.4.1. A Contratada deverá, IMPRETERÍVELMENTE, encaminhar as notas fiscais de pagamento apenas para o e-mail [protocolo@cfp.org.br](mailto:protocolo@cfp.org.br). O Contratante não se responsabilizará pelas notas fiscais que forem encaminhadas para outros e-mails que não o citado nesta subcláusula.

5.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

- 5.4.3. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do

documento.

5.4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.6.1. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;  
e

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.6.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.6.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.6.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.6.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.6.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do último ajuste celebrado entre as partes.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE,

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. São obrigações da Contratada:

7.2.1. Além das obrigações previstas na proposta a contratada se obriga a:

7.2.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.2.1.2. Executar os serviços com qualidade condizente com a complexidade dos serviços.

7.2.1.3. Assumir todas as despesas referentes ao cumprimento do presente, tais como: deslocamento, pessoal, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais,

trabalhistas, previdência social da equipe de trabalho.

7.2.1.4. Entregar ao Fiscal do Contrato, a nota fiscal discriminando os serviços executados.

7.2.1.5. Ter ciência de que quaisquer entendimentos com o Fiscal serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

7.2.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, sempre por escrito, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender.

7.2.1.7. Facilitar as ações do Fiscal, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, atendendo prontamente às observações e exigências por eles apresentadas.

7.2.1.8. Independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, a Contratada não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

7.2.1.9. A Contratada se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Administração.

7.2.1.10. A Contratada deverá manter sob a sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da execução completa e eficiente do contrato.

7.2.1.11. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação.

7.2.1.12. A Contratada preservará a Administração, mantendo-a salvo de quaisquer demanda, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

7.2.1.13. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, o que será formalizado mediante termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

8.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.7. A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

9.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o Contratante poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção da Contratada ou a execução do contrato;

- 10.1.9. fraudar a seleção da Contratada ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores em qualquer momento do processo de contratação;
- 10.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame que deu origem à esta contratação;
- 10.1.13. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).
- 10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 10.2.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.1 a 10.1.13, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.2.4. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.13;
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 10.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 10.8.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.8.3. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.8.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- 10.8.5. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 10.10. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161](#))
- 10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.
- 11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em Lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

11.6.3. Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com o presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias próprias, nos elementos de

despesas, integrante do Plano de Contas do CFP - Exercício de 2026 no elemento de despesa 6.2.2.1.1.01.04.04.034 — Serviços de Telecomunicações.

### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos

### 14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

15.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

16.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. As partes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília/DF, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E assim, por estarem justas e acordadas sobre todas e cada uma das Cláusulas e condições aqui pactuadas, o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

**IVANI FRANCISCO DE OLIVEIRA**  
Conselheira-Presidenta  
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**XXXXXXXXXXXXX**  
Representante Legal  
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Klebiston Tchavo dos Reis Ferreira, Assessor(a) I**, em 22/04/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2784016** e o código CRC **C12D71CD**.

